



Número: **0804297-40.2019.8.15.0751**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Mista de Bayeux**

Última distribuição : **12/09/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARCOS DOMINGOS DE ANDRADE (AUTOR)		maria lucineide de lacerda santana (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
24350740	12/09/2019 09:16	Petição Inicial	Petição Inicial
24350745	12/09/2019 09:16	PROCURAÇÃO E DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO	Documento de Identificação
24350957	12/09/2019 09:16	CERTIFICADO DE REGISTRO,BOLETINS E DECLARAÇÃO	Documento de Comprovação
24350966	12/09/2019 09:16	DOCUMENTOS MÉDICO	Documento de Comprovação
24350990	12/09/2019 09:16	SINISTRO	Documento de Comprovação
24350993	12/09/2019 09:16	COMPROVANTE DE CUSTAS	Documento de Comprovação
24856411	30/09/2019 18:13	Despacho	Despacho

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ____ª VARA MISTA DA COMARCA DE BAYEUX/PB

MARCOS DOMINGOS DE ANDRADE, brasileiro, solteiro, 43 anos, portador do RG nº 2.193.649 – 2ª via – SSDS/PB, inscrito no CPF sob o nº 027.332.584-19, residente e domiciliado na Rua Marcelino Barbosa, Nº 13, Brasília, **Bayeux/PB**, por sua advogada legalmente constituída (mandato incluso), com escritório profissional localizado na Av. Pedro II, 705, Centro, João Pessoa, Estado da Paraíba, CEP 58.013-420, Tel. (83) 3241-6957, onde deverá receber intimações e correspondências, vem à presença de V. Exa. propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)

(Com base na Lei Nº. 6.194/74, alterada pela Lei nº. 8.441/92 e Lei n. 11.482/07)

contra **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT** pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, podendo ser citada por seu representante legal na Rua Senador Dantas nº 74, 5º e 6º andar Centro, RIO DE JANEIRO – RJ, CEP: 20031205, pelas razões de fato e de direito a seguir delineadas:

1. PRELIMINARMENTE - DA JUSTIÇA GRATUITA

Requer a concessão do benefício da **JUSTIÇA GRATUITA** em favor da parte autora, vez que ela não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo próprio e de sua família, conforme dispõe o inciso LXXIV do art. 5º da CF/1988 e o art. 98, CPC/2015.

2. DOS FATOS



No dia 09 de agosto de 2018, por volta das 15h30min, o demandante conduzia motocicleta marca Honda CG 125 Titan KS, placa MOP 0183/PB, quando, ao trafegar pela rua Sete de Setembro, Centro, Bayeux/PB, fora surpreendido pela colisão na moto por uma carreta.

Em razão do supramencionado acidente, perdeu a consciência e foi levado ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, onde fora diagnosticado com **Fratura pertrocantérica (CID 10: S72.1)**, conforme laudo médico emitido pelo **Dr. José de Almeida Braga (CRM/PB 2329)**. **Dessa forma, constatou-se o nexo causal entre o acidente e as sequelas definitivas.**

A partir de então, a vítima, ora Promovente, procurou munir-se da documentação necessária, para fazer valer seus direitos, vez que tal indenização, na hipótese de invalidez, permanente deve ser paga, conforme disciplina o art. 3.º da Lei n.º 6.194, de 19 de dezembro de 1974.

Impende destacar que o autor realizou requerimento administrativo do seguro aqui pleiteado, o qual fora processado sob o N° de Sinistro 3190443653, todavia, o pagamento do mesmo não fora realizado.

Convém mencionar que a realização do laudo pericial pelo Instituto Médico Legal - IML é para recebimento do seguro DPVAT na esfera administrativa. A lei que regula a cobrança do seguro DPVAT não exige o referido laudo para o ajuizamento da ação em questão.

Ademais, tendo o autor juntado aos autos prova do acidente, bem como das lesões causadas por ele, é desnecessária a juntada do laudo do IML, diante da possibilidade de produção de prova pericial durante a instrução do feito.

Considerando que há um termo de convênio de cooperação entre o tribunal de justiça da Paraíba e a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (convênio nº 015/2014) para a realização de perícias médicas judiciais, visando atestar e quantificar as lesões suportadas, em razão de acidente causado por veículos automotores de via terrestre, diga-se a propósito, muito mais completa que um simples laudo do Instituto Médico Legal, e produzida sob o crivo do



contraditório, não há razão para que o promovente se submeta à fila do IML, o que, aliás, comprometeria o rápido andamento processual, com a consequente delonga no pagamento de eventual indenização, em evidente prejuízo ao beneficiário.

Quanto ao valor da indenização devida ao Autor, esta ficará a critério do d. Julgador, vez que tem o livre arbítrio para decidir, de acordo com seu livre convencimento, pois a lei estabelece apenas o limite máximo da indenização, mas não fixa critério por porcentagem de debilidade.

3. DO DIREITO

3.1 DA LEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM*

O seguro de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de vias Terrestres - DPVAT, conhecido popularmente como SEGURO OBRIGATÓRIO, tem a finalidade de socorrer as vítimas de acidentes de trânsito em todo território nacional, não importando de quem seja a culpa.

“*In casu*”, é direito do Promovente receber uma indenização por danos pessoais até o valor máximo de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ante a invalidez permanente. Nesse sentido, a legitimidade ativa do Promovente na presente demanda é cristalina, por ser a própria vítima do acidente instituidor do seguro.

3.2 DA LEGITIMIDADE PASSIVA *AD CAUSAM* - O SEGURO DPVAT- CONVÊNIO DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

O Art. 7º. da Lei 6.194/74, determina que, em se tratando do seguro denominado DPVAT, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será parte legítima para figurar no polo passivo de demanda que vise o recebimento da indenização em tela.

Nesse sentido, a resolução nº 154 de 08 de dezembro de 2006, que “*alterou e consolidou as normas disciplinadoras do seguro obrigatório de danos*



peçoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não", é considerada como um grande avanço no âmbito dos seguros DPVAT, tendo em vista que ela criou uma seguradora líder dos consórcios, que deverá ser especializada em seguros DPVAT, nos termos do seu art. 5º, § 3º.

Assim, a seguradora Líder foi exclusivamente criada para responder pelos seguros DPVAT, em nome do consócio, ficando responsável pelo pagamento dos prêmios, nos moldes do Art. 5º § 8º da mesma resolução.

Resta patente, Douto Julgador, a infalibilidade quanto a legitimidade da empresa promovida para responder no polo passivo da presente demanda, que pode ser corroborada pela resolução 154 dos seguros DPVAT, que é incontroversa quanto ao responsável pelo adimplemento da obrigação.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que **qualquer seguradora que faça parte do complexo da FENASEG constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas, a SEGURADORA LÍDER DPVAT, que representa suas associadas na esfera judicial**. Senão vejamos.

"APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE SEGURADORA - **Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver**, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados". (TAMG - AP 0350628-9 –Uberlândia – 1ª. C. Cív. - Rel. Juiz Silas Vieira - J. 18.12.2001)

Quanto à legitimidade passiva, mostra-se superada qualquer controvérsia, de sorte que, qualquer seguradora que atue no complexo da FENASEG, poderá compor o polo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.

3.3 DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA



Dispõe o art. 5º da Lei N°. 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente. Vejamos:

"O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado". (Grifei).

A indenização será paga mediante a apresentação dos seguintes documentos, a saber:

Comprovação do acidente e das sequelas sofridas;

Registro da ocorrência no órgão policial competente; e Laudo do IML à época do acidente e/ou Laudo Complementar das Sequelas, demonstrando a INVALIDEZ, DEBILIDADE, PERDA ou INUTILIZAÇÃO, INCAPACIDADE E/OU A DEFORMIDADE PERMANENTE.

O art. 5º, 5º, da Lei 6.194/74, com a redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009, dispõe verbis:

"O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais."

Do texto legal, depreende-se que o Instituto Médico Legal deverá fornecer o laudo constatando e quantificando as lesões permanentes, totais ou parciais, da vítima na esfera administrativa. No âmbito judicial, a realização da prova pericial deve seguir o procedimento previsto nos artigos 464 e seguintes do NCPC.

Nesse sentido, segue a nossa mais atual jurisprudência:

"AGRAVO - PROCESSUAL CIVIL - DECISAO QUE DÁ PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO - COBRANÇA DO SEGURO DPVAT - INVALIDEZ PERMANENTE -



PROVA PERICIAL - PEDIDO DE REALIZAÇÃO DE EXAME JUNTO AO INSTITUTO MÉDICO LEGAL - INDEFERIMENTO - HONORÁRIOS PERICIAIS - FIXAÇÃO ADEQUADA - MANUTENÇÃO. RECURSO DESPROVIDO. 1 - Considerando que o laudo pericial a ser realizado pelo Instituto Médico Legal - IML, previsto no art. 5º, 5º, da Lei 6.194/74, é colocada à disposição dos beneficiários do seguro obrigatório (e não da seguradora), visando atestar e quantificar as lesões suportadas, em razão de acidente causado por veículos automotor de via terrestre, se a própria beneficiária do seguro, pretende demonstrar a sua invalidez permanente, através de perícia judicial, diga-se a propósito, muito mais completa que um simples laudo do Instituto Médico Legal, e produzida sob o crivo do contraditório, não há razão para que a suplicante se submeta à fila do IML, o que, aliás, comprometeria o rápido andamento processual, com a consequente delonga no pagamento de eventual indenização, em evidente prejuízo à beneficiária. 2 - Não é excessivo o valor fixado a título de honorários periciais, quando corretamente arbitrados, tendo levado em consideração as despesas e o trabalho a ser desenvolvido." (TJPR, 10ª C.Cív., Ag. Reg. nº 0615691-6/01, Rel. Des. LUIZ LOPES, Julg.: 01/10/2009). No mesmo sentido já decidi em outro feito de minha relatoria: TJPR - 10ª C.Cível - AI 0631577-1 - J. 04.02.2010; TJPR, 10ª C.Cív., AI nº 0628721-4, Julg.: 22/10/2009.

Reforçando a ideia do citado artigo, pontifica o art. 7º, caput, da lei Nº. 6.194/74, ao estabelecer que:

"A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei". (Grifei).

Assim, **não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório**, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

Independente, pois, do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra **sumulada na Corte do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**. Vejamos:

"STJ. SÚMULA 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de



Vias Terrestres (DPVAT) **não é motivo para a recusa do pagamento da indenização**". (Grifei).

Diante dos documentos exigidos pela lei supra, todos juntos aos presentes autos, estes se encontram devidamente instruídos, tornando incontestado o nexo causal entre o acidente e o dano que vitimou a Promovente.

Na mesma seara, decidiu a **TURMA RECURSAL CÍVEL DO ESTADO DA PARAÍBA**, observemos:

"RECURSO - SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) → LEGITIMIDADE DA SEGURADORA DEMANDADA - AUSÊNCIA DE RESTRIÇÃO DA LEI Nº 8.441/92 A SUA APLICAÇÃO AOS ÓBITOS OCORRIDOS ANTES DE SUA VIGÊNCIA - DESNECESSIDADE DE PROVA DO PAGAMENTO DO PRÊMIO PELOS BENEFICIÁRIOS - SENTENÇA MANTIDA RECURSO IMPROVIDO. **Todas as seguradoras consorciadas são indistintamente obrigadas ao pagamento da indenização do seguro obrigatório (DPVAT), bastando a prova da existência do fato e suas consequências danosas, observando-se a Lei n. 8.441/92, que não fez nenhuma restrição aos óbitos ocorridos antes de sua vigência, sem que se possa exigir dos beneficiários a comprovação do pagamento do prêmio**". (Relator: JUIZ ALEXANDRE TARGINO GOMES FALCAO. Ano: 2001. Data Decisão: 19/12/2000. Natureza: RECURSO INOMINADO. Órgão Julgador: TURMA RECURSAL CIVEL. Procedência: CAMPINA GRANDE - 2ª REGIÃO. Origem: JUIZADO ESPECIAL CIVEL. Comarca: CAMPINA GRANDE). (Grifei).

Ainda, proclamou o **STJ**:

"AÇÃO INDENIZATÓRIA - PEDIDO CUMULADO COM DANOS MORAIS - POSSIBILIDADE → SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - ACIDENTE DE VEÍCULO - RECUSA AO PAGAMENTO → PROVA DO FATO - RECURSO IMPROVIDO.

A indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais (DPVAT), causados por Veículos Automotores Via Terrestre, devida à pessoa vitimada, pode ser cobrada de qualquer seguradora integrante do convênio, independente de pagamento do prêmio do seguro. Havendo recusa injustificada à cobertura securitária, pode o prejudicado, a depender do caso concreto, pleitear a indenização na esfera judicial, cumulando-a com danos morais, ante o dissabor da recusa da seguradora em não pagar. "A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais



Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização" (Súmula 257 do STJ). (Grifamos).

É incontestado, portanto, a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de não somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

3.4 DO QUANTUM INDENIZATÓRIO

Neste especial, a demanda não comporta maiores ilações. De acordo com a Lei n. 11.482/2007, **o valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT), em caso de invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), senão vejamos:**

“Art. 8º. Os arts. 3º., 4º., 5º. e 11º. da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º. desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

...

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

...” (Grifos nossos).

Assim, estando provado e incontroverso o fato do acidente automobilístico, impõe-se a condenação da Promovida com base na Legislação já sobejamente invocada.

4. DO PEDIDO



Ante ao todo exposto, requer a Promovente, que V. Exa. se digne determinar:

- a) O Benefício da Justiça Gratuita, constante na Lei N°. 1.060/50, c/c a Súmula 29 deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, uma vez que o Promovente não possui condições de arcar com as custas e despesas processuais, nem com os honorários advocatícios, sem prejuízo próprio e de sua família;
- b) A citação da Promovida, na pessoa de seu representante legal, para, querendo, contestar, no prazo legal, a presente ação, sob pena de revelia e confissão;
- c) Que, ao final, seja a presente ação **JULGADA TOTALMENTE PROCEDENTE, com a condenação da Promovida a pagar ao Promovente o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), a título de INDENIZAÇÃO POR DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE**, nos termos do art. 3.º, II, da lei n.º 11.482/07, **acrescido de juros legais e correção monetária à data do evento danoso (09/08/2018)**, conforme entendimento sumulado (Súmulas 43 e 54) do Superior Tribunal de Justiça;
- d) **Requer, outrossim, a produção de provas, por todos os meios em direito admitidos, em especial pela designação de perícia médica, e a indicação de perito judicial. Com o pagamento dos honorários periciais judiciais em até 15 dias pela promovida. O valor fixado individual, conforme convênio (convênio nº 015/2014) pactuado, é de R\$ 200,00, independente do resultado da avaliação médica realizada e da gravidade da lesão apresentada pela vítima. O mesmo valerá para as avaliações médicas, conforme convênio firmado. Bem como o depoimento pessoal do representante legal da Promovida, depoimentos de testemunhas e A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM FAVOR DO PROMOVENTE, com base no Inciso VIII, Art. 6º. da Lei N°. 8.078/90;**
- e) As intimações sejam destinadas, exclusivamente, à Advogada MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA (OAB/PB 11.662-B), sob pena de nulidade.



- f) Requer, por último, a condenação da Promovida, ainda em custas judiciais, despesas e honorários advocatícios, estes a razão habitual de 20%.

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), para efeitos fiscais.

Termos em que,

Pede DEFERIMENTO.

João Pessoa/PB, 05 de setembro de 2019.

MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA

OAB-PB 11.662-B





LACERDA SANTANA
ADVOCACIA

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTE:

Marcelo Domingos de Andrade, brasileiro, solteiro, 43
anos, portador do RG nº 2.193.648-2º via - SSPS/PB, inscri-
to no CPF nº 027.332.584-19, residente e domiciliado
na Rua Marcelino Barbero, Nº 13, Brasília, Bayeux/PB

OUTORGADA: MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PB 11.662-B, LUIZ SANTANA DE LIMA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PB sob o nº 14.301-B, LARISSA MARIA LACERDA SANTANA, brasileira, solteira, inscrita na OAB-PB sob o nº 23.625 RICARDO HENRIQUE CANTALICE HARDMAN, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB-PB sob o nº 14.903, EDNA DE LOURDES LEITE BRASILINO, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/PB sob o nº 16.105, com endereço profissional na Av. Dom. Pedro II, nº 705, Centro, João Pessoa/PB, telefone (83) 3241.6957.

PODERES: Os da Cláusula "AD JUDITIA ET EXTRA" perante qualquer juízo, instância ou Tribunal, até decisão final, usando todos os meios e recursos legais em representação do (a) outorgante, também, em qualquer órgão, empresas privadas ou públicas, sociedades de economia mista, etc., conferindo-lhes ainda poderes especiais para: confessar, desistir, transigir, firmar acordos, receber importâncias e valores, emitir e endossar cheques, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, receber citação, intimação, notificação, etc., renunciar direitos, fazer cessão de direitos e arrolamentos, fazendo declarações, assinando termos, fazer habilitação de crédito em inventário, contraditar testemunhas, argüir suspeições criminais, revogar procurações, atuar como defensor ou assistente em ações trabalhistas, previdenciárias, comerciais, tributárias, cíveis, propor queixa crime (ação penal privada), impetrar Mandado de Segurança, apelar, atuar como defensor em notificação de infração ou imposição de penalidade de trânsito, substabelecer, com ou sem reservas de poderes, sem prejuízo imediato de honorários a que se fizer jus (nos moldes dos parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º do Art. 85 do Novo Código de Processo Civil Pátrio), enfim, praticar todos os atos previstos no art. 105 do Novo Código de Processo Civil e art. 5º, §2, da Lei 8.906, de 04/07/94 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil).

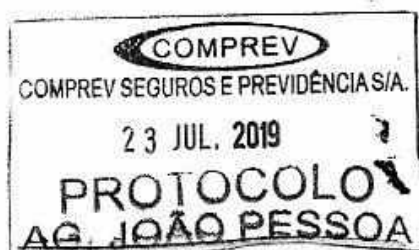
João Pessoa 03 de Setembro de 2019

Marcelo Domingos de Andrade
OUTORGANTE

(83) 3241.6957

Av. Dom Pedro II, 705 • Centro • CEP 58013-420 • João Pessoa - PB
Rua Orcine Fernandes, 63 • sala 110 • Mel Shopping • Sapé - PB







CAGEPA
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DA PARAÍBA
Rua Feliciano Cirne, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB
CEP: 58.015-570 - CNPJ: 08.123.654/0001-87

PARA CONTATO COM A CAGEPA
INFORME ESTE NÚMERO
MATRÍCULA

6010881

REFERÊNCIA

JUN/2019

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA/ESGOTO E SERVIÇOS

MARCOS DOMINGOS DE ANDRADE
RUA MARCELINO BARBOSA, 13 - BRASÍLIA BAYEUX PB
58305-000

Inscrição		SMI	Quantidade de Economias				Responsável
			Residencial	Comercial	Industrial	Pública	
002.005.140.0250.000		000	1	0	0	0	
Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto			
Y15N626864	13/07/2015	IARDIAC CORTADO	POTENCIAL				
ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (M ³)	NUM DE DIAS	PROXIMA LEITURA			
576	576	0	28	11/07/2019			
HIST. CONS./ANOR. LEIT. QUALID. ÁGUA-ANEXO 20 PORT. 05/2017 MS.							
MAI/2019	0	PARAMETROS		EXIG.	ANALIS.	CONFORMES	
ABR/2019	0	TURBIDEZ		0	0	0	
MAR/2019	0	CLORO		0	0	0	
FEV/2019	0	COL. TERMOT		0	0	0	
JAN/2019	0	COR		0	0	0	
DEZ/2018	0	COL. TOTAIS		0	0	0	
MEDIA(M)	6	DADOS REFERENTES A: ABR/2019					

DATA DA IMPRESSÃO: 12/06/2019

HORA DA IMPRESSÃO: 09:09:45

DESCRIÇÃO

ÁGUA

ESGOTO

PARCELAMENTO DE DÉBITOS PARCELA 03/12

CONSUMO TOTAL(R\$)

48,31

COMPREV
COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.
23 JUL. 2019
PROTOCOLADO
AG. JOÃO PESSOA

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS: R\$ 0,00 PIS E CONFINS. LEI 12.741/12

VENCIMENTO:

26/06/2019

Total a Pagar:

R\$ 48,31



CONDIÇÃO DE LEITURA: REALIZADA

CONDIÇÃO DO FATURAMENTO: SEM CONSUMO

TIPO DE TARIFA: 1

INFORMAÇÕES GERAIS:

SR. USUÁRIO: EM 31/05/2019, REGISTRAMOS QUE V.SA. ESTAVA EM DÉBITO. COMPAREÇA AOS POSTOS DE ATENDIMENTO PARA REGULARIZAR. CASO JÁ TENHA PAGO APÓS A DATA INDICADA, DESCONSIDERE.



MATRÍCULA	REFERÊNCIA	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
6010881	JUN/2019	26/06/2019	R\$ 48,31

82670000000 1 48310010002 1 00601088101 6 06201950003 2



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PB Nº 014200846620
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 1 COD. RENAVAM 0075473447-1 EXERCÍCIO 2018
CÓD. REG. DETRAN 201800000000328

NOME IVAN CARLOS MUNES DE MORAIS

CPF / CNPJ 02180522436 PLACA MOP0183/PB

PLACA ANT. / UF NOVO PB CHASSI 9C2JC30101R104418

ESPÉCIE TIPO PAS/MOTOCICLETA COMBUSTÍVEL GASOLINA

MARCA / MODELO HONDA/CG 125 TITAN RS ANO FAB. 2001 ANO MOD. 2001

CAP. / POT. / CIL 2 P/124 /CI CATEGORIA PARTIC COR PREDOMINANTE VERMELHA

COTA ÚNICA VENC. COTA ÚNICA 00/00/0000 VENC. COTAS 1º

FAIXA I.R.V.A. PARCELAMENTO / COTAS 0º

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) IOF (R\$) PRÊMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO 08/08/2018

OBSERVAÇÕES SEM RESERVA DE DOMÍNIO

LOCAL BAYEUX-PB DATA 10/08/2018

38903 8290

SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULO AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOA TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT

PB Nº 014200846620 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO 2018 DATA EMISSÃO 10/08/2018

VIA 1 CPF / CNPJ 02180522436 PLACA MOP0183/PB

RENAVAM 00754734471 MARCA / MODELO HONDA/CG 125 TITAN RS

ANO FAB. 2001 CAT. TAR. 9 Nº CHASSI 9C2JC30101R104418

PRÊMIO TARIFÁRIO FNS (R\$) DENATRAM (R\$) CUSTO DO SEGURO (R\$)

CUSTO DO BILHETE (R\$) IOF (R\$) TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R\$)

PAGAMENTO SEGURO P A G O DATA DE QUITAÇÃO 08/08/2018

COTA ÚNICA PARCELADO

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 05.245.608/0001-04

B290-1004220-20180810



COMPREV

COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.

23 JUL. 2019

PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA

23 JUL. 2019

POLÍCIA CIVIL DA PARAÍBA

PROTOCOLADO
AG. JOÃO PESSOA

DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL
PRIMEIRA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL
QUARTA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL
5ª DELEGACIA DISTRITAL - BAYEUX - PB



NATUREZA DA OCORRÊNCIA: ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO

Data e Hora do Registro do B.O: 06/12/2018 às 14h57min.,

Local do fato: Bayeux-PB.

BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL nº 4174/ 2018

NOTICIANTE

MARCOS DOMINGOS DE ANDRADE, brasileiro, natural de João Pessoa-PB, filho de José Domingos de Andrade e Maria de Sousa Andrade, com 42 anos, nascido em 02.06.1976, união estável, técnico em refrigeração, sabendo assinar, RG 2.193.649-2ª via/SSP/PB e CPF 027.332.584-19, residente a rua Marcelino Barbosa 13, Brasília, Bayeux/PB. (por trás da antiga empresa METRO), fone 98738-5488.

HISTÓRICO DO FATO.

NOTIFICANDO:QUE, por volta das 15h30min., do dia 09.08.2018, conduzia a **MOTO** marca **HONDA CG 125 TITAN KS**, cor **vermelha**, ano e modelo **2001/2001**, placa **MOP-0183/PB**, chassi nº **9C2JC30101R104418**, em nome de **IVAN CARLOS NUNES DE MORAIS**, trafegando pela rua Sete de Setembro, centro, Bayeux-PB, foi surpreendido pela colisão na moto provocado por uma **CARRÊTA** e condutor não identificados, onde do impacto o notificante foi acidentado e desmaiou e, quando voltou a si, já estava internado no **HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA DA CAPITAL**, sendo submetido a avaliação médica; **QUE**, o notificante **NÃO DESEJA REPRESENTAR CRIMINALMENTE** contra o motorista infrator, apenas registra este BO, a fim de dar entrada no **SEGURO DPVAT**. Por este motivo veio notificar o fato.

Assinatura da Notificante:

Marcos Domingos de Andrade

Assinatura Policial: Josepildo de Lima Cardoso, escrivão, mat. 135.662-3.

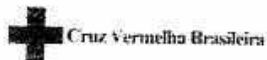
Autoridade Policial: DPC. LUIZ EDUARDO MONTENEGRO.

ATENÇÃO: Art. 299 do CPB: "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: **Pena** - reclusão, de 01 (um) a 05 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular."

CARTÓRIO ANGELA CAETANO
2º Ofício Notarial
Angela Moreira de Castro
TITULAR
Rozângela C. Chetani Múrias
Substituto

Reconhecido, como autêntica e verdadeira, a(s) FIRMAS(S) DE:.....
MARCOS DOMINGOS DE ANDRADE.....
Em test.da verdade. Bayeux-PB 06/12/2018 17:00:39
Rosângela Caetano C. Meireles - Substituta
E2019-0058097EMOL:R\$ 89,48 FAFEN:R\$ 0,28 FEPJ:R\$ 1,90 ISS:R\$ 0,47
SELO DIGITAL: AHT96588-S12X
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>





Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto Lucena



GOVERNO
DA PARAÍBA

AV. ORESTES LISBOA, s/n - PEDRO GONDIM - CNES: 123312 - Tel.: 8332165700

Boletim de Atendimento: 1100291



Identificação do paciente

ID 1314641	Nome MARCOS DOMINGOS DE ANDRADE	Sexo Masculino
Data de nascimento 02/06/1976	Idade 42 anos 2 meses 7 dias	Estado civil Religião Prontuário
Mãe MARIA DE SOUSA ANDRADE	Pai JOSE DIMINGOS DE ANDRADE	
Escolaridade	Responsável (Parentesco) MARIA DE FATIMA FERREIRA MENDONCA - ESPOSO(A)	
DDD Móvel 83	Fone Móvel 986690223	DDD Fixo Fone Fixo
Tipo documento RG (IDENTIDADE)	Número documento 2193649	Nº Cns 898000515705561
Local de procedência BAYEUX	Tipo MUNICIPIO	UF PB
Email	Naturalidade JOAO PESSOA	CBO/R

Endereço

CEP 58307235	Município de residência BAYEUX	UF PB	Logradouro MARCELINO BARBOSA
Número 3	Complemento	Beiro BRASILIA	

Admissão

Data e Hora 09/08/2018 18:10:45	Número da pulseira 1000006095429	Convênio SUS
Especialidade CIRURGIA GERAL	Clinica	
Classificação de risco	Origem do paciente OUTRA UNIDADE DE SAUDE	
Caráter de atendimento	Motivo do atendimento ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Detalhe do acidente MOTOCICLETA X CAMINHAO

Indicadores e Transporte

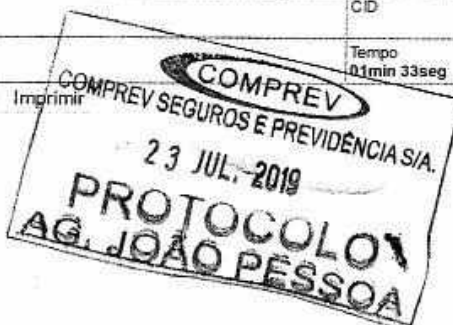
Caso policial Não	Plano de saúde Não	Veio de ambulância Não	Trauma Não
Meio de transporte AMBULANCIA	Quem transportou		

Sinais Vitais

PA X mmHg	Pulso	Temperatura
--------------	-------	-------------

Exames complementares

Raio X []	Sangue []	Urina []	TC []	Liquor []	ECG []	Ultrasonografia []
Dados clínicos						
Diagnóstico						CID
Atendido por ANA CARLA FELICIANO DA SILVA						Tempo 01min 33seg



09/08/2018 18:11

Declaração do Proprietário do Veículo

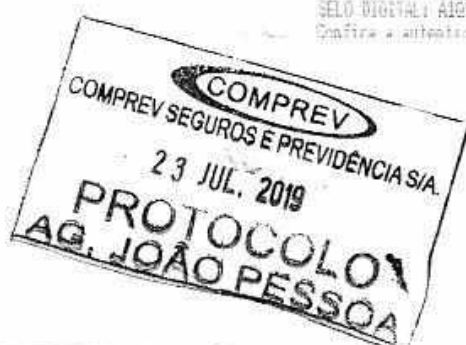
Eu, Ivan Carlos Nunes de Moraes,
RG nº 1.632.896, data de expedição 16/04/84,
Órgão SSP/PB, portador do CPF nº 021.805.224-36, com
domicílio na cidade de Bayeux, no Estado de
Pernambuco, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)
Rua Maranhão Barroso, nº 73,
complemento _____, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo
mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a
vítima Marcos Domingos de Andrade, cujo o condutor era
Marcos Domingos de Andrade.

Veículo: Moto Honda
Modelo: CG 125 Titan Kx
Ano: 2007
Placa: NOB-0183
Chassi: 9C2JC30101R104478
Data do Acidente: 09/08/18
Local e Data: Bayeux/PB 05/07/19

* Ivan Carlos Nunes de Moraes
Assinatura do Declarante (Ivan)

Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)


CARTÓRIO ÂNGELA CAETANO
2º Ofício Notarial
Av. LIBERDADE 436, BAYEUX - PB CENTRO / CEP: 58306-001 - Tel: (35) 3243-2200
Reconheço, como autêntica e verdadeira, a assinatura de:
IVAN CARLOS NUNES DE MORAES*****
Em test. da verdade. BAYEUX - PB 05/07/2019 15:00h
Rosângela Caetano C. Meireles - Substituta
2019-00281260/157.91 - APROFEN: 0.29 FEFU: 0.175 ISS: 0.0
SELO DIGITAL: A1055660-8123
Confirme a autenticidade da assinatura individual: lsh.biz.br





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA



LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE	MARCOS DOMINGOS DE ANDRADE
DATA DE NASCIMENTO	02/06/76
NOME DA MÃE	MARIA DE SOUZA ANDRADE

DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º	1.100.291
DATA DO ATENDIMENTO	09/08/18
HORA DO ATENDIMENTO	18:10
MOTIVO DO ATENDIMENTO	ACIDENTE DE MOTOCICLETA
DIAGNÓSTICO (S)	FRATURA DE GRANDE TROCANTER DE FÊMUR DIREITO
CID 10	S72.1

AVALIAÇÃO INICIAL:

Dados extraídos do Boletim de Entrada. Paciente foi atendido neste Serviço, vítima de acidente de motocicleta, referindo dor intensa em região coxo-femural direita. Trauma isolado de quadril direito. Consciente e orientado. Glasgow 15. Presença de fratura de grande trocanter direito, com desvio mínimo. Indicação de tratamento conservador.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX de coxa direita
RX de bacia
RX coxo-femural direita

RESULTADOS DOS EXAMES:

Fratura de grande trocanter de fêmur direito.

TRATAMENTO:

Tratamento conservador da fratura.

ALTA HOSPITALAR:	09/08/18
DATA DA EMISSÃO:	12/11/18

Dr. José de Almeida Braga
CRM: 2329/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE.

COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.

23 JUL. 2019

PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA



ÁREA VERMELHA

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, S/N. PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PE, 58031090

TEL: 6121221

Paciente	MARCOS DOMINGOS DE ANDRADE	BAE	1100221	Data/Hora Entrada	06/08/2018 18:10:46	Data Saída
Data de nascimento	06/06/1976	Idade	42a 2m 7d	Sexo	Masculino	CNS
Mãe	MARIA DE SOUSA ANDRADE	Telefone de Contato	(55) 833690223	Prontuário		
Endereço	MARCELINO BARBOSA, 3	Bairro	BRASILIA	Município	BOA VISTA	UF
Acidente	MOTOCICLETA X CAMINHÃO	Motivo	ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Profissional	FRANCISCO DE ASSIS FREITAS	Nº Cons. Regional
Data/Hora Classificação	06/08/2018 18:10:46	Data/Hora Prescrição	06/08/2018 18:25:00			

Anamnese

PACIENTE VITIMA DE COLISÃO CARRO MOTO APRESENTANDO DOR DE FORTE INTENSIDADE EM REGIÃO DE ARTICULAÇÃO COXO FEMURAL DIREITA

SOLICITO RX E AVALIAÇÃO DA ORTOPEDIA

ALTA DA CIRURGIA GERAL

CUIDADOS

SOLICITAÇÃO DE PARECER ORTOPEDIA

EXAME DE IMAGEM

TRAUMATISMO DE COXA DIREITA

RADIOGRAFIA DE BACIA

RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO COXO-FEMORAL DIREITA

CID10

Código	Descrição
T14.9	Traumatismo não especificado

Conduta

Em observação

MARCOS DOMINGOS DE ANDRADE

FRANCISCO DE ASSIS FREITAS

Dr. Francisco de Assis Freitas
Cirurgia Geral e Urologia
CRM 53363

AREA VERMELHA

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, S/N, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB.
59031-080

Tel:

CNES: 3121221

Paciente	SEARCOS DOMINGOS DE ANDRADE	CPF	11103259	RG	15.000.12.1807.00	Data de Nasc.	2012-08-20 20:00:00
Data de Admissão	02/09/2019	Idade	42a Anos	Sexo	M	Endereço	Av. Orestes Lisboa, S/N, Pedro Gondim, João Pessoa - PB
Mãe	MARIA DE SOUSA ANDRADE						
Endereço	MARCELO LARA SOA S	CPF	000.000.000-00	RG	000.000.000-00		
Admissão	MOTOCICLETA X CAMINHÃO	Evento	ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Relatório	ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA		
Data/Hora Classificação	09/09/2019 10:10:45						

ANAMNESE

Transtorno isolado no quadril direito. Pelo trauma com lesão no fêmur.
Paciente sem queixas, sentado no leito.
RX- trauma da extremidade proximal do membro inferior direito com fratura mínima.
OCC- obtido juntamente com o paciente e aqui assinado e aprovado.
Oriento quanto a necessidade de repouso no leito, de evitar adução da coxa e de fazer repouso semanal no ambulatório.
Na alta retorno para 1 semana, que deverá ser realizado a reabilitação física.
Medicação para casa.

Exames

Alta Médica

Alta Hospitalar

Assinado por: ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Número de Ass: 000000000
Alta Hospitalar

MARCOS DOMINGOS DE ANDRADE

ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA
02/09/2019 10:10:45



HOSPITAL ESTADUAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DE NADUPETI

PRESCRIÇÃO MÉDICA

Data: 09/08/2018
 Usuário: FIC: 133711
 Boleim: 133711

Nome	Data de	Idade	Sexo	Nº	Nº Prescrição	Data Prescrição
MARCOS DOMINGOS DE ANDRADE	02/06/1976	42a 2m 7d	MASCULINO	1156291		09/08/2018 18:25:00
Endereço do Atendimento	Internado / Ula		Validade da Prescrição			
Convenção	Observação		09/08/2018 18:25:00 - 10/08/2018 18:25:00			
CPF			Sinal			

Nome do medicamento	Dose	U.M.	Orientação de Uso	Via de	Veloc. Inj.	Pos	Apresentação
1 PARACETOL	0.6						

FRANCISCO DE ASSIS FILIAS
 CRM 5303

09 de Agosto de 2018

Assinado eletronicamente por:
 Dr. Francisco de Assis Filhas
 Cirurgia Geral e UTI
 CRM-5303





CARTÃO DE RETORNO

PACIENTE: MARCO DOMINGOS DE
AMARAL

DATA DO ATENDIMENTO: 09/08/18

Nº PRONTUÁRIO: _____ FICHA: _____

MÉDICO (CARIMBO): _____

DIAGNÓSTICO: Fratura de fêmur

PROCEDIMENTO: com debridamento

SEMPRE QUE RETORNAR AO HOSPITAL É
NECESSÁRIO APRESENTAR ESTE CARTÃO

DR. ANDRÉ RODRIGUES DE LIMA
 ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
 CRM-40117-1


F(NG).APC.035-1

DATA DE RETORNO	ESPECIALIDADE	TURNOS	SALA
16/08	COT	Fr	

F(NG).APC.035-1



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

 Seguradora Líder dos
Consórcios do Seguro DPVAT

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0250075/19

Vítima: MARCOS DOMINGOS DE ANDRADE

CPF: 027.332.584-19

Seguradora: Investprev Seguradora S/A

CPF de: Próprio

Data do acidente: 09/08/2018

Titular do CPF: MARCOS DOMINGOS DE
ANDRADE

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Boletim de ocorrência
Comprovação de ato declaratório
Declaração de Inexistência de IML
Declaração do Proprietário do Veículo
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação
DUT

THIAGO DE ATAIDE BRANDAO : 072.139.414-02

Comprovante de residência
Declaração Circular SUSEP 445/12
Documentos de identificação
Procuração

MARCOS DOMINGOS DE ANDRADE : 027.332.584-19

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

3150443653

ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 23/07/2019
Nome: THIAGO DE ATAIDE BRANDAO
CPF: 072.139.414-02

THIAGO DE ATAIDE BRANDAO

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 23/07/2019
Nome: LARISSA SANTOS DO NASCIMENTO
CPF: 114.261.744-03

LARISSA SANTOS DO NASCIMENTO





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1586 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 30 de Julho de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190443653

Vítima: MARCOS DOMINGOS DE ANDRADE

Data do Acidente: 09/08/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: THIAGO DE ATAIDE BRANDAO

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), MARCOS DOMINGOS DE ANDRADE

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Foi verificado que o dano pessoal evoluiu sem sequelas definitivas, razão pela qual não foi caracterizada a invalidez permanente coberta pelo Seguro DPVAT.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores orientações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Reg. 0031800320 - carta_04 - INVALIDEZ



Carta nº 14643016



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 075.7.19.01272/01
			Data de emissão: 05/09/2019
Nº do Processo:	Comarca: Bayeux	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/09/2019
Número da guia: 075.2019.601272 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 50,58
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.011,60 Promovente: MARCOS DOMINGOS DE ANDRADE - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.215,45
			Desconto total: R\$ 0,00
866600000123 154509283185 520190930070 571901272013 			Valor final: R\$ 1.215,45

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 075.7.19.01272/01
			Data de emissão: 05/09/2019
Nº do Processo:	Comarca: Bayeux	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/09/2019
Número da guia: 075.2019.601272 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 50,58
Promovente: MARCOS DOMINGOS DE ANDRADE Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Detalhamento:			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.215,45
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 1.215,45

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 075.7.19.01272/01
			Data de emissão: 05/09/2019
Nº do Processo:	Comarca: Bayeux	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/09/2019
Número da guia: 075.2019.601272 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 50,58
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.011,60 Promovente: MARCOS DOMINGOS DE ANDRADE - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.215,45
			Desconto total: R\$ 0,00
866600000123 154509283185 520190930070 571901272013 			Valor final: R\$ 1.215,45





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Sistema de Custas Online

Guia de Custas Prévias

Nº Guia: 075.2019.601272

Data Vencimento: 30/09/2019

Data Emissão: 05/09/2019

Comarca: Bayeux

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

Promovente: MARCOS DOMINGOS DE ANDRADE

Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT

Valor da Causa: R\$ 13.500,00

Despesas Processuais: R\$ 0,00

Custas: R\$ 1.011,60

Taxa: R\$ 202,50

Total da Guia: R\$ 1.214,10

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 5.688/98.

Servidor

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.



PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
2ª VARA MISTA DA COMARCA DE BAYEUX

Av. Liberdade, 900, Baralho, Bayeux - PB, CEP 58306-001 - TEL: (83) 3232-3250 - e-mail: bex.2vara@tjpb.jus.br

Ação nº 0804297-40.2019.8.15.0751
CLASSE PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO [ACIDENTE DE TRÂNSITO]
Promovente(s) Nome: MARCOS DOMINGOS DE ANDRADE
Endereço: R MARCELINO BARBOSA, 13, BRASÍLIA, BAYEUX - PB - CEP: 58307-230
Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Promovido(s) Endereço: R SENADOR DANTAS, 74 5 E 6 ANDAR, - de 58 ao fim - lado par, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

DESPACHO/ MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Valendo esta decisão como carta de citação e intimação, nos termos do art. 108 do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral da Justiça do Estado da Paraíba:

C ó d i g o d e N o r m a s d a C G J / P B : (...)
Art. 108. Fica autorizado o uso do despacho como carta citação/notificação/intimação/precatória/ofício pelos magistrados do primeiro grau de jurisdição, o qual consiste na prolação de ato decisório cujo teor sirva, automaticamente, de instrumento para citação, intimação, notificação, depreciação ou ofício.

Defiro a gratuidade judiciária requerida (art. 98 e seguintes, NCPC), vez que não há elementos nos autos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão do benefício, aptos a autorizar a desconsideração da presunção relativa da alegação de insuficiência de recursos (art. 99, §§ 2º e 3º, NCPC).

Deixo de aplicar o disposto no art. 334 do Código de Processo Civil, dada a absoluta impossibilidade de absorção deste ato pela pauta do juízo com prestígio ao princípio da celeridade, sem prejuízo, porém, de designação de audiência com este norte a qualquer tempo, à luz do art. 139, inciso V, do mesmo diploma legal, ou inclusão de ensejo a tanto em eventual audiência de instrução.

Cite-se, pelo correio (art. 247, *caput*, do CPC) ou através do cadastro de litigantes/orgãos do PJe, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente contestação na forma do art. 335 do Código de Processo Civil, a contar da juntada do aviso de recebimento (art. 335, II c/c art. 183, ambos do NCPC), sob pena de revelia (art. 344 do CPC).

Se pedido, reservo-me para apreciar o pedido de tutela de urgência após a contestação.

Bayeux-PB, data e assinatura digitais.

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ E OS DEMAIS DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM A INICIAL, ACESSE O LINK:
<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	19091209160478800000023577661
PROCURAÇÃO E DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO	Documento de Identificação	19091209160613000000023577665
CERTIFICADO DE REGISTRO,BOLETINS E DECLARAÇÃO	Documento de Comprovação	19091209160747700000023577827
DOCUMENTOS MÉDICO	Documento de Comprovação	19091209160844700000023577836
SINISTRO	Documento de Comprovação	19091209160941300000023577858
	Documento de	

COMPROVANTE DE CUSTAS	Comprovação	19091209161036600000023577861
-----------------------	-------------	-------------------------------

Juíz de Direito